

Prefeitura Municipal de Itapuí



TRABALHAMO POR VOCE
2005 - 2008

Folha D.

Em 20 de 20 00

PROJETO DE LEI Nº 36/2008 DE 24 DE JUNHO DE 2008

AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUI A CEDER, A TITULO ONEROSO, A POSSE DE ÁREAS DE TERRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

JOSÉ GILBERTO SAGGIORO, Prefeito Municipal de

Itapuí:

Faço saber que a Câmara aprova e eu sanciono e promulgo a

seguinte lei:

Artigo 1°) – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder à titulo oneroso, para a empresa ITABOM COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA., a posse de área de terra descrita na Lei Municipal n°. 2.236/2007, de até 5.000 (cinco mil) metros quadrado, para construção de posso de serviço e abastecimento.

Artigo 2°) - O interessado na cessão referida, deverão realizar o pedido de reserva de área, através de requerimentos, devendo constar:

- a)- Implantação geral -
- b)- Plantas -
- c)- Cortes-
- d)- Elevações-
- g)- Memorial descritivo
- h)- Anteprojeto de previsão de expansão

Parágrafo Único) - A Prefeitura poderá receber o pedido de reserva disposto no artigo 2°, somente com as plantas do anteprojeto de arquitetura, desde que estas mencionem claramente a área de construção.

2005 - 2008

Artigo 3°)- O interessado deverá recolher no ato da publicação desta Lei o valor correspondente a R\$ 2,50 (dois reais e cinqüenta centavos) por metro quadrado da gleba pretendida.



Prefeitura Municipal de Itapuí



Artigo 4°)- Constituem obrigações para o interessado.

I- Obrigatoriedade de apresentar projeto no prazo máximo de 90(noventa) dias, após ser investido no direito de posse e dar início à construção da obra até 180 dias, decorridos da aprovação do projeto pelos órgãos competentes.

Parágrafo Único)- Para atender interesses relevantes de ocupação da área do distrito industrial ou da industrialização, a prefeitura poderá dilatar os prazos fixados, desde que não ultrapassem 6 meses para apresentação do projeto e 12 meses para início das obras.

II- Obrigatoriedade de iniciar as atividades do empreendimento no prazo máximo de 36 meses, a contar da data de aprovação do projeto.

Artigo 5°) As exigências constantes da Lei no que couber serão explicitadas na escritura de cessão, assim como as penalidades no caso de inadimplemento:

- I- Retomada pela prefeitura, da área recebida em cessão com a finalidade de expansão, no caso da sua não utilização no tempo previsto;
- II- Outras penalidades e medidas cabíveis, de acordo com a lei.

Artigo 6°)- O fechamento das áreas dos terrenos, que poderá ser feito por meio de cerca viva, alambrado ou muro, assim como o piso das calçadas, deverá obedecer aos padrões determinados pela Prefeitura.

Artigo 7°)- A Prefeitura fiscalizará o andamento das obras objetivando a plena execução dos projetos aprovados.

- \S 1°)- Havendo modificação do projeto original, por motivo de ordem técnica ou outra qualquer causa, a Prefeitura deverá ser comunicada.
- § 2°)- Na falta do cumprimento do plano de construção aprovado, e respectivas especificações, a fiscalização da prefeitura poderá indicar o embargo da obra.





Prefeitura Municipal de Itapuí

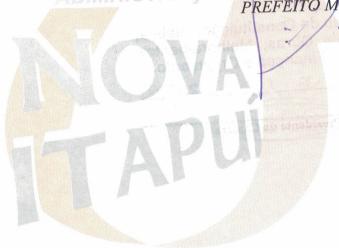


§3°)- No caso de paralização das obras, por razões imprevistas, exigências dos órgãos técnicos oficiais ou problemas judiciais, a Prefeitura, conforme o caso, poderá prorrogar os prazos ou tomar as medidas cautelares cabíveis.

Artigo 9°)- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições com contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ, 24 DE JÚNHO DE 2008.

JOSÉ GILBERTO SAGGIORO PREFEITO MUNICIPAL



2005 - 2008

PROPOSTA

QUALIFICAÇÃO



Denominação: ITABOM

Razão Social: ITABOM COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA

Endereço: RUA SANTO ANTONIO 1694 ITAPUI SP

Estado: SP Cidade: Itapuí Telefone: (14) 3664-9100

Atividade: POSTO DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS

Diretor (es) que assina (m) contrato:

RG: 6272417-4 SSP SP Nome: PEDRO LUIZ POLI

<u>Itapuí</u> CPF: 76288862800 Endereço RODOVIA ANGELO POLI KM 01

OBJETIVO DA PROPOSTA

Investidura na posse, por cessão a titulo oneroso, numa área de até 5.000,00 m2 de terreno, para construção de prédio (s) com a finalidade de construção de posto de serviço e abastecimento, ao preço e condições estabelecidas na Lei 1.252 de 04 de julho de 1985 e suas alterações.

INFORMAÇÕES PARA ANÁLISE DA PROPOSTA

I – PLANO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA

Construção inicial 2.200,00 m2 450,00 m2 Complementação Área para expansão _1.000,00 m2

II - PREVISÃO PARA INSTALAÇÕES (prazo a contar da data da assinatura do contrato)

apresentação do projeto 02 meses inicio das obras 03 meses Inicio das atividades 12 meses Conclusão das obras (expansão) 06 meses

Declaro que estou de acordo com o enquadramento a proposta as normas e padrões estabelecidos pela Prefeitura.

Itapuí, 26 de juho de 2008

Pedro Luiz Poli



BOM

RODOVIA DE ACESSO À ITAPUÍ POSTO DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS

ATAO

ATAG

ESTUDO DE VIABILIDADE

vw.albieroecosta.com.br—arquitetos@albieroecosta.com.br bandeirantes 10-68 cep. 17.015-012 hardeirantes 10-68 cep. 17.015-012 and 5224-2511 bauru s.p.

arquitetos associados **MAURICIO COSTA**

EDMAKD ALBIERO

ALTERAÇÃO

SEVISÃO



Câmara Municipal de Itapuí

Praça da Matriz, 42 - Estado de São Paulo - Cep: 17 230-000

E-mail: camaraitapui@yahoo.com.br Fone (14) 3664-1251

Site: www.camaramunicipalitapui.sp.gov.br

AUTOGRAFO Nº 044/2008 PROJETO DE LEI Nº 36/2008

AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ A CEDER, A TITULO ONEROSO, A POSSE DE ÁREAS DE TERRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS. PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÍ, DECRETA:

Artigo 1°)- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder à titulo oneroso, para ITABOM COMERCIAL E INDUSTRIA LTDA, a posse de área de terra descrita na lei municipal nº 2.236/2007, de até 5.000(cinco)mil metros quadrados.

Artigo 2°)- O interessado na cessão referida, deverão realizar o pedido de reserva de área, através de requerimentos, devendo constar:

- a)- Implantação geral;
- b)- Plantas;
- c)- Cortes;
- d)- Elevações;
- g)- Memorial descritivo;
- h)- Anteprojeto de previsão de expansão;

Parágrafo Único)- A Prefeitura poderá receber o pedido de reserva disposto no artigo 2°, somente com as plantas do anteprojeto de arquitetura, desde que estas mencionem claramente a área de construção.



Câmara Municipal de Itapuí

Praça da Matrix, 42 - Estado de São Paulo - Cep: 17 230-000/ E-mail: camaraitapui@yahoo.com.br

Fone (14) 3664-1251

Site: www.camaramunicipalitapui.sp.gov.br

Artigo 3°)- O interessado deverá recolher no ato da publicação desta lei o valor correspondente a R\$ 2,50(dois reais e cinquenta centavos) por metro quadrado da gleba pretendida.

Artigo 4°)- Constituem obrigações para o interessado:

I- Obrigatoriedade de apresentar projeto no prazo máximo de 90(noventa) dias, após ser investido no direito de posse e dar inicio à construção da obra até 180 dias, decorridos da aprovação do projeto pelos órgãos competentes.

Parágrafo Único)- Para atender interesses relevantes de ocupação da área do distrito industrial ou da industrialização, a Prefeitura poderá dilatar os prazos fixados, desde que não ultrapassem 6 meses para apresentação do projeto e 12 meses para inicio das obras.

II- Obrigatoriedade de iniciar as atividades do empreendimento no prazo máximo de 36 meses, a contar da data de aprovação do projeto.

Artigo 5°)- As exigências constantes da Lei no que couber serão explicitadas na escritura de cessão, assim como as penalidades no caso de inadimplemento:

- I- Retomada pela Prefeitura, a área recebida em cessão com a finalidade de expansão, no caso da sua não utilização no tempo previsto;
- II- Outras penalidades e medidas cabíveis, de acordo com a lei.

Artigo 6°)- O fechamento das áreas dos terrenos, que poderá ser feito por meio de cerca viva, alambrado ou muro, assim como o piso das calçadas, deverá obedecer aos padrões determinados pela Prefeitura.



Câmara Municipal de Stapul, ANA MUN. Praça da Matriz, 42 - Estado de São Paulo - Cep: 17 230-000 Tolha De

&-mail: camaraitapui@yahoo.com.br Fone (14) 3664-1251

Site: www.camaramunicipalitapui.sp.gov.bx

Artigo 7º)- A Prefeitura fiscalizará o andamento das obras objetivando a plena execução dos projetos aprovados

Paragrafo Primeiro)- Havendo modificação do projeto original, por motivo de ordem técnica ou outra qualquer causa, a Prefeitura deverá ser comunicada.

Parágrafo Segundo)- Na falta do cumprimento do plano de construção aprovado, e respectivas especificações, a fiscalização da Prefeitura poderá indicar o embargo da obra.

Parágrafo Terceiro)- No caso de paralisação das obras, por razões imprevistas, exigências dos órgãos técnicos oficiais ou problemas judiciais, a Prefeitura, conforme o caso, poderá prorrogar os prazos ou tomar as medidas cautelares cabíveis.

Artigo 9°)- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÍ, 27 de junho de 2008.

VALDIR MAI

PRESIDENTE

SECRETARIA